

INSTITUTO  
 Documentação  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: OESP  
 Data: 6/4/96 Pg. A-12A12  
 Class. WARANI/CP 144P

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 1,00  
 Demais Estados: ver  
 tabela na página A4

EDIÇÃO  
**SÃO PAULO**

# O ESTADO DE S. PAULO

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

Francisco Mesquita (1927-1969)

JULIO DE MESQUITA NETO

Diretor  
 Responsável

ANO 117 SÁBADO Nº 37.425  
 SÃO PAULO, 6 DE ABRIL DE 1996

## põe mudança nas lici



Raimundo Valentim/AE

### O indiozinho e a Justiça

Wanderley Fernandes, de 4 anos, albino, brinca numa cesta, na Casa do Índio, no Rio: é tema de polêmica no Judiciá-

rio. O indiozinho nasceu na reserva guarani de São Sebastião (SP) e pode ser adotado por um casal não-índio,

que alega o perigo de viver com a mãe. Juízes discutem se ele deve ficar no Rio ou em São Sebastião. **Página A12**

SOCIEDADE

# Caso do índio albino provoca disputa de poder

*Justiças federal e estadual reivindicam o direito de decidir sobre o futuro da criança*

PABLO PEREIRA

O caso do menino Wanderley Fernandes, de 4 anos, um indiozinho albino da reserva guarani de São Sebastião, no litoral paulista, está provocando uma disputa de poder dentro do Judiciário. Representantes das Justiças federal e estadual reivindicam a competência de decidir sobre o futuro dele. Requisitado para adoção por um casal de não-índios, Wanderley está em tratamento de saúde na Casa do Índio, no Rio.

O processo pode acabar batendo no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, nos próximos dias. No final de fevereiro, o juiz de São Sebastião, Paulo Issamu Nagao, determinou a expedição de um mandado de busca e apreensão do menino.

Nagao quer a transferência da criança para São Sebastião, município no qual está localizada a reserva indígena de Rio Silveira, e onde tramita ação de adoção, requerida por Ronaldo de Souza Júnior e Rojane Aparecida Couto e Souza. O casal quer adotar Wanderley, alegando que o menino está sendo rejeitado pela mãe, a índia guarani Jany Ja-

xuká Fernandes, e estaria correndo risco de morte.

Dia 14, um oficial de Justiça, acompanhado por Rojane, esteve na Casa do Índio para cumprir a determinação. Wanderley só não foi transferido porque não foi encontrado. O menino havia sido levado pela administradora da Casa do Índio, Eunice Cariry Soromine, para a aldeia, onde participou de uma cerimônia religiosa de comemoração pela recuperação da saúde dele.

Mas as procuradoras da República Andrea Henriques Szilard, do Rio, e Elizabeth Kablukow Peinado, de São Paulo, ambas do Ministério Público Federal, não se conformam com a decisão do juiz de São Sebastião. Querem impedir a transferência. Andrea entrou com medida cautelar no Rio, alegando que o caso é de competência da Justiça Federal.

"A matéria diz respeito a interesse indígena", afirma a procuradora fluminense no texto da ação, argumentando que a competência é federal, prevista na Constituição, e não da Justiça estadual. Além disso, ela afirma que há um erro na ação de destituição de pátrio poder por ter sido feita em face da mãe, quan-

do deveria ter sido impetrada contestando a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão tutelar dos índios no País.

Em São Paulo, Elizabeth Peinado trabalha no mesmo sentido. Elizabeth ajuizou recurso no Tribunal de Justiça do Estado contra a decisão de Nagao.

No despacho, o juiz afirma que o caso deve ser apreciado em nível de

Estado, não importando ser Wanderley de origem indígena. "Os interesses da criança se sobrepõem aos demais, inclusive aos elementos sociológicos particulares dos índios (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições)", diz o texto.

Esse argumento do juiz levou a procuradora paulista à irritação. "Há uma ignorância em relação à questão indígena", atacou Elizabeth. "As pessoas têm um conceito errado do que seja ajudar os índios", justificou.

Segundo a procuradora, a decisão de transferir Wanderley para um abrigo de crianças em São Sebastião favorece o casal que quer a adoção. "Essa decisão de determinar busca e apreensão também não é usual", disse a procuradora.

**CASAL  
 QUER  
 ADOTAR  
 O MENINO**

## Menino deve ficar na aldeia, diz antropóloga

Um parecer da antropóloga Maria Inês Ladeira contraria a argumentação do requerimento de adoção que tramita na Justiça de São Sebastião. O documento, feito por solicitação da procuradora da República, Elizabeth Kablukow Peinado, afirma que o alegado abandono de Wanderley não confere com os costumes do povo guarani. "Quando a mãe não quer ou não pode cuidar do filho, outra família guarani mais preparada a adota como filho legítimo", diz a antropóloga no relatório enviado à Procuradoria da República em São Paulo.

Maria Inês, especializada na etnia guarani, afirma que trabalhou nas comunidades guaranis do litoral paulista e nunca presenciou "nenhuma rejeição dos pais para com seus filhos por causa de anomalias". Maria Inês diz que conheceu casos de crianças albinas que, quando adultos, viveram integradas na comunidade sem que lhes fosse negada a identidade guarani.

Contrária à adoção de Wanderley pelo casal não-índio, a antropóloga lembra que a aldeia já definiu que o pajé Diodiocó e a mulher dele, Doralice, tia-avó do menino, devem cuidar do garoto. (P.P)



Wanderley no colo da tia-avó Doralice e o pajé Diodiocó: juiz quer a volta do menino para São Sebastião



Wanderley, na Casa do Índio: menino recuperou peso e está andando

## Criança recebe tratamento no Rio de Janeiro

Os médicos que tratam de Wanderley Fernandes na Casa do Índio, no Rio, temem que a transferência determinada pelo juiz Paulo Nagao prejudique a recuperação do menino. Ele é albino, não andava e tem 9 graus de miopia. O atendimento médico está sendo feito por uma equipe de cinco especialistas.

"Ele está clinicamente muito bem", disse o pediatra Ivan Serra. "Os progressos de Wanderley são evidentes", afirmou Serra. O menino chegou à Casa do Índio com lesões cutâneas causadas pela exposição ao sol, comuns em albinos por causa da falta de melanina na pele. Com o tratamento, recuperou peso e já está andando.

O médico disse ainda que a miopia avançada é um distúrbio visual que afeta portadores de albinismo. Wanderley ganhou óculos. "Isso melhorou muito a comunicação", argumentou o pediatra.

A mãe de Wanderley, Jany Fernandes, também está na Casa do Índio, acompanhada pelo pajé da tribo, Diodiocó, e a mulher dele, Doralice. "Eles estão com medo de perder o menino", disse a procuradora da República, Elizabeth Kablukow Peinado.

Segundo a procuradora, o processo de adoção e a forma como o caso de Wanderley está sendo tratado na Justiça estadual estão provocando medo na comunidade. Os índios que têm filhos doentes estão se negando a levar as crianças para assistência médica na cidade. "Eles disseram que temem perder as crianças para a Justiça." (P.P)